

Apresentação

No governo da educação, são múltiplos os atores e as instituições que influenciam, de diferentes modos, as problematizações, os repertórios e as práticas das políticas educacionais. As escolas, situadas *na ponta* da provisão do serviço educacional, têm sua atuação demarcada por decisões e ações de organismos situados em posições hierárquicas superiores, abrangendo instrumentos de ação pública tais como os de financiamento, planejamento, avaliação, normatização e administração. Ao organizar este dossiê, priorizamos este nível, tido como de grau mais abrangente, de relações entre governos ou, dentro da alçada de um governo, entre instâncias que tem poder político-administrativo num sistema ou rede educacional. Os textos referem-se a países de organização federativa ou quase federativa, o Brasil, a Argentina e a Espanha, onde essa própria organização confere particularidades aos arranjos intergovernamentais no setor da educação, do que são emblemáticos as tensões entre autonomia e interdependência, ou entre centralização e descentralização, bem como os requerimentos da permanente negociação da cooperação.

Organizar esse dossiê foi um exercício ímpar de aprendizagem. Primeiro, pelo tema, que tem relevância em nossa trajetória de pesquisadoras; em segundo porque as autoras e autores convidados são pesquisadoras e pesquisadores reconhecidos, pelos quais nutrimos admiração pelo trabalho desenvolvido. Ademais, a possibilidade de continuarmos trabalhando, pesquisando e tecendo juntas escritas e sonhos. A soma de todos esses fatores resultou em um dossiê que contempla o tema das relações intergovernamentais ou entre instâncias administrativas de forma histórica e atual, local e global, teórica e prática, ou seja, que considera, a partir de diversos olhares, uma temática complexa e que merece um lugar de destaque no cenário nacional e mundial. Na escolha da sequência dos textos, buscamos conduzir o/a leitor/a pelas estradas do tema de maneira sequencial, o que, contudo, não o/a impedirá de realizar leituras aleatórias.

O primeiro texto, escrito por Cacilda Rodrigues Cavalcanti, da Universidade Federal do Maranhão, intitula-se *Relações intergovernamentais na assistência técnica e financeira da União para a*

Textura	Canoas	v. 19 n.40	p.3-6	maio/ago. 2017
---------	--------	------------	-------	----------------

educação básica: tensões entre a regulação federal e a autonomia dos governos subnacionais. A discussão das relações intergovernamentais em políticas que envolvem mais de uma esfera de governo, tal como levada a cabo no texto, confere profundidade e consistência à exploração das tensões e movimentos na difícil conjugação entre autonomia, dependência e interdependência no nível das políticas educacionais na federação brasileira; a assistência da União na educação básica, a política em foco, é examinada, num período de quinze anos, a partir de diversas tipologias que permitem discutir as relações intergovernamentais desde distintos ângulos. Destaca-se, ainda, no texto, a explicitação de conceitos relevantes no estudo do federalismo.

Financiamento federal para a educação básica pública: relações entre MEC e FNDE na gestão da política educacional é o artigo de Rosana Evangelista da Cruz, da Universidade Federal do Piauí. No texto, a autora interroga em que medida o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) atua como braço do Ministério da Educação e quais seriam os limites de sua autonomia. São elaboradas reflexões sobre o grau de influência que o FNDE tem no processo de definição de políticas para a educação básica e são realçadas relações entre MEC e FNDE no processo de elaboração e implementação de políticas educacionais, as quais envolvem especificidades nas relações de poder e processos de negociação.

Uma primeira contribuição ao debate sobre o tema a partir de características de outro país, a Argentina, é oferecido por Vanesa López e Silvia Kravetz, da Universidad Nacional de Córdoba, no terceiro artigo – *Relaciones intergubernamentales y materialización de las políticas inclusivas en el contexto de los gobiernos progresistas en Argentina*. São enfocados aspectos institucionais e políticos da distribuição de responsabilidades do Estado nacional e governos provinciais argentinos na área da educação, contextualizando-os no cenário político das décadas mais recentes. As relações entre esferas de governo nas políticas educacionais são pontuadas tendo como referência o nível normativo e a implementação de políticas, os quais são analisados a partir de uma abordagem do ciclo de políticas. Em termos de políticas, a ênfase recai em ações voltadas à inclusão educacional no nível médio, em âmbito nacional e na província de Córdoba.

Gilda Cardoso de Araújo, da Universidade Federal do Espírito Santo, e Ramón Canal Oliveras, da Universidad Autónoma de Barcelona, contrastam instituições e políticas da Espanha e do Brasil, no artigo *As relações intergovernamentais para oferta educativa no Brasil e na Espanha: uma*

contribuição para o debate sobre o Sistema Nacional de Educação. Os autores destacam que o federalismo brasileiro é altamente descentralizado e com papel relevante das autonomias municipais, mas que na prática são mais frequentes ações de coordenação federativa com os municípios, em um movimento *recentralizador*, em que os estados acabam ficando de fora dessa relação. Em relação à legislação espanhola, a distribuição de competências não é totalmente definida na constituição do país, sendo necessárias leis complementares; essa situação provoca uma dinâmica de *tensionamentos* entre os entes.

Acompanhando a meta 20 do PNE 2014-2024: tendências a partir de dez casos municipais é o artigo seguinte, de autoria de Maria Dilnéia Espíndola Fernandes, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, e de Andréa Barbosa Gouveia, da Universidade Federal do Paraná. O tema discutido no texto é o do alinhamento dos planos municipais de educação de dez capitais brasileiras com o Plano Nacional de Educação aprovado em 2014; é enfocada a Meta 20 (financiamento da educação), a qual é cotejada com a Meta 1 (educação infantil) e com dados de oferta da educação infantil e de arrecadação dos municípios para os anos de 2013 a 2015, expondo-se limites e desafios na sua implementação. O processo participativo de elaboração do PNE 2014-2024 também é abordado no texto, o que interroga as próprias possibilidades da participação em contextos e tempos diferentes.

Rosimar de Fátima Oliveira, da Universidade Federal de Minas Gerais, e Donaldo Bello de Souza, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, são os autores do texto subsequente – *Conselhos Municipais de Educação no âmbito do planejamento decenal estadual da educação 2014-2024 no Brasil*. O artigo detalha preceitos sobre a atuação e funcionamento dos conselhos municipais de educação (CMEs) prevista dentro de planos estaduais de educação (PEEs) aprovados recentemente no Brasil, em função do Plano Nacional de Educação 2014-2024, buscando visualizar de que forma os CMEs são considerados pelos PEEs. Os autores reiteram que os textos da maioria dos PEEs reproduzem em grande parte o texto do PNE, em se tratando dos conselhos municipais.

O sétimo artigo, escrito por Nalú Farenzena, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nomeia-se *Nas pegadas do salário-educação: um olhar sobre sua repartição entre esferas de governo*. A autora considera o salário educação como política de cooperação entres as esferas de governo, focalizando a trajetória da sua normatização referente à distribuição de

recursos entre os níveis de governo, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. No texto a autora aponta a presença, na agenda, de propostas de mudanças nas regras de repartição dos recursos, visando diminuir as disparidades regionais do valor praticado por aluno-ano advindo da contribuição social.

Por fim, o oitavo artigo deste dossiê – *Relações (inter)governamentais na oferta do PEATE/RS: análise das percepções das Coordenadorias Regionais de Educação-RS* –, resultado de uma pesquisa realizada pelas autoras, Calinca Jordânia Pergher, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Alegrete, e Julianna Cunha Alves, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O texto trata de avaliações realizadas pelas coordenadorias regionais de educação (CRE) do Rio Grande do Sul quanto à sua atuação no assessoramento e monitoramento da oferta de transporte escolar rural pelos municípios, no âmbito do Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar (PEATE/RS). No artigo são discutidos dados referentes às pontuações das coordenadorias no indicador de avaliação que é objeto de estudo, bem como o conteúdo das justificativas de pontuação registradas pelas CRE nos anos de 2012 a 2014.

O conteúdo dessa coletânea de artigos traduz, em certa medida, elementos de uma histórica *crise de desconfiança* entre as instâncias governamentais, contudo, avanços nas relações têm sido percebidos e apontados na produção acadêmica. É claro, desdobramentos desses avanços, bem como novos desafios, permanecerão como objetos de investigação, permeados pelos compromissos com a promoção de maior justiça social e de democratização política. Num momento tão complexo, de crise das instituições, esse tema ressurgiu com novas *issues* para a agenda de pesquisa nesta área. O aceite, pelas autoras e autores, do convite para compartilhar suas pesquisas e reflexões, por meio desse dossiê, possibilitará às leitoras e leitores terem acesso a substanciais conteúdos sobre o tema, mediante diversos olhares e a partir de vários lugares, por isso desejamos uma ótima leitura.

Calinca Jordânia Pergher

Nalú Farenzena